

A identidade sexual: entre a sexualidade, o sexo e o gênero

Silvia Bleichmar

Tradução: Maria Cristina Perdomo e Rogéria Coutinho Brandani

A evidência de mudanças nas formas de expressão da sintomatologia sexual – infantil e adulta –, observáveis tanto em nossa clínica como no entorno cultural, mostram, como temos proposto há algum tempo, a urgência de uma atualização de nossas formulações de base. Isso com o objetivo de identificar aqueles enunciados que permanecem, transcendendo as mutações na subjetividade que as modificações históricas e políticas produzem, e reencontrar neles os elementos permanentes do funcionamento psíquico, que não somente se sustentam, mas que assumem maior vigência em razão de que se tornam o único horizonte explicativo possível para esses novos modos.

Quem consideraria hoje como sendo da ordem da perversão as maneiras pelas quais um casal articula, em sua relação amorosa, formas pré-genitais com modos genitais ou, inclusive, os modos de produção mútua de prazer sob formas não tradicionais através da recorrência a um erotismo que possibilite o encontro impedido pela anatomia naqueles casos em que está obstaculizado o pleno acesso genital?¹ Essas questões nos levam a revisar a definição de perversão como exercício de uma sexualidade com dominância das chamadas, segundo Freud, transgressões anatômicas, que fazem parte hoje, em grande medida, da sexualidade genital, e que encontraram um novo modo de inserção na sexualidade adulta, não necessariamente perversa.

Porque, além do caráter subversivo e globalmente não superado que possui um texto como *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, é naquelas propostas que ficaram impregnadas por uma visão teleológica da sexualidade submetida a um fim sexual reprodutivo, onde se manifesta, mais claramente, a necessidade de revisão. Isso não somente pela caducidade histórica das colocações, mas porque entram em contradição com enunciados centrais da teoria e da prática psicanalítica. Enunciados que fizeram desmoronar, precisamente, a relação existente entre sexualidade e procriação, desfazendo precocemente os laços entre os fins biológicos, morais em última instância, e os movimentos de prazer que definem os modos de acoplamento libidinal que regem o corpo e o psiquismo dos seres humanos. Isso bem antes que a história da ciência obtivesse os meios para sua realização ou que a sociedade civil tornasse pública a realidade de suas práticas sexuais.

1 Todos os que pertencem a uma geração que assistiu, através da cinematografia, as consequências da Guerra do Vietnã, lembrarão o enorme impacto que causou esse filme comovedor, chamado *Coming Home*, traduzido como *Amargo Regresso*. Nele, grande parte do enigma que angustiava os espectadores – e para além da temática de profunda implicação política e subjetiva em jogo – girava em torno da forma pela qual se aguardava que o casal, formado por um homem mutilado pela guerra e uma mulher anatomicamente completa, encontrasse uma forma de resolução sexual da paixão amorosa.

Começamos, então, por definir uma série de pontos que permitem um reordenamento da questão sexual, separando cuidadosamente aqueles elementos nucleares da teoria psicanalítica daqueles da teoria sexuais com as quais os seres humanos, desde a infância, tentam elucidar o mistério, não apenas da diferença entre os sexos, mas também da função que cumprem suas próprias excitações como elementos que movimentam seu desejo sexual.

Embora seja óbvio que a sexualidade humana não se reduza aos dois rubros canônicos que a sexuação impõe – entendendo por sexuação as regras que definem as práticas genitais sob as formas de recomposição que ligam a sexualidade ao semelhante em masculino/feminino –, parece necessário redefinir, hoje, quase um século depois do artigo *Três Ensaio*s, seu aporte fundamental: o fato de que a sexualidade humana não apenas começa na infância, mas que se caracteriza por ser não redutível aos modos genitais, articulados pela diferença dos sexos, com os quais a humanidade tem estabelecido, desde o manifesto, seu caráter.

Esse aporte fundamental, que considera como sexual tudo aquilo que, sendo da ordem do prazer, implica um *plus* que não se reduz às atividades autoconservativas, vem acompanhado, desde o começo, de uma proposta de sexualidade em dois tempos. Tempos que Freud considerou a dominância como biologicamente determinados, embora deixou em aberto, ainda que fosse apenas nas margens, a possibilidade de que o primeiro tempo, aquele que corresponde ao “pré-genital”, fosse o efeito da introdução da sexualidade adulta, da implantação precoce da sexualidade adulta, pulsional, genital e paragenital, na criança.

Um parágrafo notável do artigo *Três Ensaio*s propõe uma linha teórica que, não sendo dominante ao longo do trabalho, permite justificar, contudo, essas ideias que pretendemos expor. Trata-se do parágrafo relativo ao *Objeto sexual da época do aleitamento*, curiosamente incluído na terceira parte do livro, destinada à metamorfose da puberdade, na qual coloca em correlação a descoberta do objeto genital com o objeto sexual dos primeiros tempos da vida:

Para a criança, o trato com a pessoa que dela cuida é uma fonte contínua de excitação sexual e satisfação das zonas erógenas, ainda mais porque essa – que geralmente é a mãe – dedica-lhe sentimentos que se originam de sua própria vida sexual: acaricia, beija e embala a criança, claramente a toma como substituto de um objeto sexual completo. Provavelmente a mãe se horrorizaria se lhe explicassem que

todos os seus carinhos despertam o instinto sexual² do filho e preparam a posterior intensidade desses instintos. Ela considera puro amor assexual aquilo que faz, pois evita cuidadosamente proporcionar mais excitações aos genitais do filho do que o que parece inevitável na higiene corporal [...] É verdade que um excesso de carinho será prejudicial por acelerar o amadurecimento sexual [...] justamente os pais neuropáticos, que se inclinam muitas vezes ao carinho desmesurado, são os primeiros a despertar no filho, com suas carícias, a predisposição à doença neurótica. Vê-se, por esse exemplo, que pais neuróticos podem transferir seu distúrbio para os filhos por caminhos mais diretos que o da hereditariedade.³

Como ficam nossos dois tempos canônicos, um que corresponde à pulsão parcial, e o outro ao genital, quando incluímos a sexualidade do adulto como produtora de excitações, se o adulto está atravessado, simultaneamente, por seus desejos inconscientes, “pré-genitais”, infantis, e eles se unem, necessariamente, em sua sexualidade genital já, não só conhecida, mas experienciada, excitante e que rege todo seu movimento libidinal?

Vemo-nos obrigados, então, a sustentar, e sobre isso temos falado amplamente em outros textos, que os dois tempos da sexualidade humana não correspondem a duas fases de uma mesma sexualidade, mas a duas sexualidades diferentes: uma derivada dos cuidados precoces, implantada pelo adulto, produtora de excitações que encontram vias de ligação e descarga sob formas parciais (sempre de caráter “frustrado”, já que se esquece, com demasiada facilidade, que a masturbação genital infantil não alcança caráter orgástico, não sendo, por isso, equivalente à sexualidade adulta, exceto em certos casos em que as crianças foram convocadas precocemente a seu exercício), e outra com primazia genital, estabelecida na puberdade e situada no caminho da maturação que possibilita o rearranjo genital, não constituindo, então, uma simples reedição do ápice da sexualidade infantil, mas um modo de recomposição ordenado e

2 Nota das tradutoras: Apesar da tradução da Editora Companhia das Letras optar pelo termo “instinto”, salientamos que o termo utilizado por Freud, *Sexualtrieb*, indica que o que é despertado é a pulsão sexual.

3 FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras Completas*. v. 6, p.144-145. Editora Companhia das Letras, 2016.

guiado pela existência de uma primazia de caráter genital. Contudo, o paradoxo consiste, diria Laplanche, em que o “instinto sexual”, se é que algo permanece dele, a maturação puberal encontra todo o campo já ocupado pela sexualidade paragenital: os primeiros tempos marcaram fantasmática e erogenamente um caminho que, se não encontra vias de articulação, estabelece que o percurso se oriente sob formas fixadas que determinam, orientam ou obstaculizam as passagens de um modo de gozo a outro.

No entanto, – e eis aqui outra questão que se apresenta complexa – esses movimentos pulsionais são, a princípio, anteriores ou, melhor dizendo, têm sua origem em tempos prévios ao reconhecimento pela criança de que há um modo de bipartição da espécie humana que está determinado pelo sexo. A diferença entre homens e mulheres com as quais se estabelece a bipartição marcada por signos de cultura não remete no início, necessariamente, a masculino-feminino. Está articulada pela diversidade de signos, e não pela diferença anatômica e, em função disso, não tem incidência na orientação do desejo sexual-pulsional da criança, mas nos modos com os quais se determina seu pertencimento a um ou a outro gênero.

A sexualidade não é um caminho linear, que vai da pulsão parcial à assunção da identidade, passando pelo estágio fálico e pelo Édipo como marcos de seu percurso, mas que se constitui como um complexo movimento de recomposições e ressignificações, de articulações provenientes de diferentes estratos da vida psíquica e da cultura, das incidências da ideologia e das moções desejanter, sendo necessário, então, dar a cada elemento seu peso específico.

DIFERENÇA ENTRE GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE

A importância adquirida nos últimos tempos pela noção de gênero como elemento central de diferenciação em relação às categorias sexuais deve ser considerada sob duas grandes questões que não podem ser deixadas de lado. Em primeiro lugar, o fato de que os novos estudos de gênero se inscrevem, indubitavelmente, no interior de um avanço político progressivo em relação à visão predominantemente ao longo do século – visão que vem desde a Antiguidade – a partir da qual “Deus os fez homem e mulher”, afirmação enganosa que, sob a aparência do reconhecimento de uma anatomia diferencial e de modos de representação e formas de inserção na vida social e política, encobre a subordinação a um dos dois termos, o homem.

O mérito desses estudos de gênero consiste, justamente, em implodir esse modo de conceber a organização, que implica a subordinação a um único modo de representação, o masculino, e seria correto, possivelmente, circunscrever os limites dos estudos de gênero no interior de um movimento de maior alcance, presente tanto na História como na Antropologia e, atualmente, na Psicologia

com seus desdobramentos na Psicanálise, que têm um importante ponto de articulação com os estudos culturais, ao conceber as culturas subalternas na sociedade não já como culturas produzidas, mas como culturas impostas e, acima de tudo, ao colocar em discussão o caráter de cultura subalterna, dependente, aquela que não constituiu o pensamento oficial⁴.

Desde essa perspectiva, os estudos de gênero implicam um avanço importante ao propiciar um desprendimento dos enunciados que organizam os modos de representação, tanto femininos como masculinos, de uma suposta dependência da Biologia, como correlato direto da anatomia constituída enquanto substrato de toda produção ideativo-ideológica, gerando novas possibilidades de abordagem do tema.

A segunda questão, e esta compete à Psicanálise, enquanto acolher e pretender outorgar um lugar aos chamados “estudos de gênero”, remete à delimitação e ao reposicionamento conceitual dessa noção em relação a seu objeto e ao *corpus* central. Reposicionar metapsicologicamente esses elementos: sexualidade, gênero e sexuação, torna-se uma questão central.

Temos dedicado os primeiros parágrafos deste escrito a assinalar que a sexualidade, em termos da Psicanálise, não se reduz aos modos de ordenamento masculino-feminino e muito menos às formas com as quais a função sexual estabelece os rearranjos com a genitalidade, uma vez dadas as condições para que o sujeito possa aceder a ela. Estabelecamos agora a diferença necessária entre os movimentos desejantes, anárquicos, pulsionais, que atravessam a sexualidade ao longo da vida (genitais ou para-genitais, em razão de que não constituem um “pré” destinado a harmonizar-se) e aquilo que é da ordem da identidade sexual, ou seja, os modos com os quais o sujeito se reconhece como pertencendo a um ou outro setor no qual, não sem dificuldade, se posicionam a maioria dos seres humanos.

É desde esta perspectiva que se faz necessário assinalar que a identidade sexual tem um estatuto tópico, como toda identidade, que se posiciona do lado do Eu. Faço essa afirmação porque, embora bem conhecida, não é sempre lembrada. Enquanto tal, essa identidade, seja qual for, é da ordem da defesa em razão de que os enunciados que articulam a identidade egoica caracterizam-se pela exclusão, não apenas dos elementos de diferenciação com relação ao exterior, mas também ao externo/interno do inconsciente. Toda afirmação “sou mulher”, “sou homem”, “sou argentino”, “sou generoso”, opera ao modo de um centramento, deixa inevitavelmente do lado de fora os elementos que, pela força do contrainvestimento, tenta excluir, desempenhando em particular

⁴ Ver, com relação a isso, o texto de Carlo Ginzburg. *El queso y los gusanos*, Barcelona, Muchnik, 1981.

uma função no estabelecimento da denegação, naquilo que conhecemos como “negação determinada” a partir de Hegel, e que Hyppolite retomou colocando-a à disposição de Lacan em seu comentário a respeito da *Verneinung*⁵. O “sou mulher” ou o “sou homem”, núcleo da identidade sexual, não somente contém os atributos de gênero, mas também funciona como contrainvestimento, em particular, dos desejos homossexuais sepultados a partir do recalque dos elementos que costumamos considerar, seguindo Freud, como da ordem do Édipo invertido.

Esta afirmação é solidária com outra afirmação que temos proposto há vários anos: o inconsciente se define por sua dessubjetivação radical. O inconsciente não é uma segunda consciência, não se rege pela lógica da exclusão, nem da temporalidade, nem da negação, de modo tal que seria impensável que nele se estabeleça a alternativa masculino-feminino, alternativa esta que implica, necessariamente, a lógica da disjunção (“ou” masculino “ou” feminino). Pelo contrário, no inconsciente coexistem, sob a forma inclusiva, as categorias que para o Eu são da ordem da disjunção. Tampouco é o inconsciente da ordem de um sujeito, inclusive de signo oposto ao do pré-consciente: não se trata de que no interior de cada um de nós exista alguém – como muitas vezes foi degradado e vulgarizado – que quer o oposto ao que aparentemente queremos (se odiamos é porque, “de verdade”, amamos; se somos generosos, é porque “de verdade” há outro egoísta dentro de nós, que quer ter tudo; se somos heterossexuais é porque, “de verdade”, nos defendemos de nosso outro interior homossexual e vice-versa).

Se o que caracteriza o inconsciente é a ausência de sujeito – não há nele um Eu verdadeiro oposto ao Eu falso que acreditamos ser – a afirmação de Freud em relação a que no fundo todos somos homossexuais deve ser tomada na perspectiva correta: no inconsciente de todos os seres humanos, há desejos, moções desejanter, que não levam em consideração o caráter masculino ou feminino do objeto. Porém, esses desejos, se emergem, são qualificados pelo Eu como homossexuais⁶ do mesmo modo que ocorre com aqueles sentimentos ocultos, mas eficientes, em relação aos quais Freud afirma, na *Metapsicologia* – no terceiro capítulo do *O inconsciente*, deve ser estabelecido seu estatuto *a posteriori*: são inconscientes uma vez que foram qualificados pelo pré-consciente,

5 HYPOLITE, J. Comentario hablado sobre la Verneinung de Freud. In: *Escritos II. Lacan*. p.393. México, 1975.

6 E, do mesmo modo, como heterossexuais no caso dos homossexuais. As moções recalçadas são de ordem inversa àquelas que o sujeito possui do lado do Eu. Já é hora, então, que reconheçamos, apoiados por nossa clínica e nossos desenvolvimentos teóricos, o lugar da heterossexualidade recalçada naqueles que constituem sua identidade sexual como homossexuais.

uma vez que o Eu assumiu sua qualificação, uma vez que o investimento se reconhece como afeto quando ligado a um enunciado que o desvela.

A universalidade desses desejos é indubitável em razão de que – ao menos na sua maioria e até o presente – as relações libidinais que marcam a sexualidade infantil são o efeito das ações realizadas por seres humanos que só *a posteriori* serão reconhecidos como portadores de diferenças sexuais. Na medida em que se constituem antes de qualquer diferença, as relações com esses objetos não estão atravessadas pelas preocupações que assumirá depois a identidade sexuada enquanto organizadora do Eu, por um lado, e da diferença anatômica, por outro.

Isto, naturalmente, do lado da criança, mas não do adulto que se encarrega dela. Se o adulto exerce uma apropriação ontológica, se lhe diz o que e quem é, em princípio, não há dúvida de que neste exercício a determinação masculino-feminino é central, e rege-se pela proposta de concordância estabelecida socialmente entre o sexo biológico e a identidade proposta. Sabemos que, em outras culturas, a bipartição não é tão estrita como na nossa: o caso dos *Berdaches*, das culturas aborígenes americanas, seu modo de transexualismo regulado a partir de uma legislação que permite, em última instância, três gêneros, marca, em um mesmo movimento, a possibilidade de outras formas de regulação e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de eludir certa regulação.⁷

Não há dúvida de que essa classificação está sustentada em algo da ordem do real, e dá conta disso não tanto em seus conteúdos, mas nos modos com que o objeto se oferece à captura da linguagem. O fato de que os pais digam que o infantil sujeito é menino ou menina não está definido pelos seus desejos, e sim por uma distribuição arbitrária de cultura que se sustenta na relação com a diferença anatômica, que opera como substrato no real. A partir dessa diferença se estabelece a pauta básica com a que se define a diferença que organiza os seres humanos para além de outros atributos. Neste sentido, podemos afirmar que os enunciados que remetem à sexuação masculino-feminino estão instituídos no ser mesmo do sujeito, se enraízam na estrutura do Eu e são anteriores ao reconhecimento da diferença anatômica – mesmo que possam ser retomados do lado dos ideais: o ser homem ou ser mulher forma parte da trama básica do Eu, mas o “ser todo um homem” ou “toda uma mulher” pode, evidentemente, ser adscrito ao Ideal do Eu.

7 A esse respeito pode-se consultar Mondimore, F. M. *Una historia natural de la homosexualidad*, Barcelona, Paidós, 1998, p. 29. Gilmore, D.D. *Hacerse Hombre*, Barcelona, Paidós, 1994.

As noções de “diversidade” e “diferença”, introduzidas por Freud, tentam justificar este processamento pelo qual se articula o gênero na diferença anatômica: a primeira alude ao conjunto de atributos que desencadeia o reconhecimento com o qual se pautam modos diferentes de organização entre homens e mulheres; a segunda oferece um lugar à teoria espontânea com a qual a criança organiza, sob o modo da lógica binária, as categorias masculino-feminino a partir da percepção da diferença sexual anatômica.

Uma consequência teórica e clínica deriva disto: a atribuição de gênero é anterior ao reconhecimento da diferença anatômica e coexiste com a sexualidade pulsional sem a obstaculizar. É possível sustentar desejos pulsionais pelo pai sem que isto entre em contradição com o ser homem, mas um homem não pode se vestir de mulher sem entrar em conflito com a identidade proposta. A extensão do conceito de polimorfismo perverso infantil aos transtornos de gênero constitui, se não um dos maiores pecados, um dos maiores erros da Psicanálise com crianças: acreditar que um menininho de 4, 6 ou 8 anos que quer ser menina faz essa escolha porque ainda está atravessado pelo polimorfismo perverso e não definiu sua identidade sexual é de uma limitação intelectual só equiparável à irresponsabilidade que implica.

As razões dessa troca da identidade são múltiplas, e de acordo com as investigações que realizamos, voltamos a afirmar que não se reduzem ao posicionamento do menino perante a castração, mas abarca questões muito mais complexas sobre as quais temos obrigação de nos debruçar. Assinalemos brevemente que não é a mesma coisa o travestismo anterior ao reconhecimento da diferença anatômica, que pode se sustentar para além dela e colocar em xeque a identidade sexual quando esta se instala, produto de uma falha primária no recobrimento envolvente das membranas egoicas, com uma regressão da eleição à identificação com o objeto – no caso do menino – e o travestismo posterior ao descobrimento da diferença, em que o gênero se articula com o sexo ou, para sermos mais precisos, entra em discordância com este e se entrecruza nas complexidades das eleições com as que devem se estabelecer as relações entre desejos e ideais.

Polimorfismo perverso: a que se refere Freud, mais precisamente, com este conceito? Sabemos que a perversão, entendida como reverso da neurose, alude à ausência de recalque daqueles desejos que o neurótico guarda zelosamente em seu inconsciente – tão zelosamente, que ele mesmo os desconhece. De modo tal que essa perversão é, a princípio, o exercício da pulsão parcial, ou seja, o exercício do autoerotismo, oposto ao amor de objeto. Na relação de amor ao semelhante, renuncia-se os modos do autoerotismo que podem causar sofrimento moral ou físico ao outro, seja este sofrimento da ordem do asco, do pudor ou da dor. O infantil sujeito deve abandonar esses modos de gozo

que encontram, no começo, escassas resistências, já que se estabeleçam os diques anímicos que formam parte dos atributos da moral, “sem que se saiba muito bem – disse Freud nos *Três Ensaios da Teoria Sexual* o que quer dizer moral”. O polimorfismo perverso é, então, anterior à formação do critério moral na criança e este critério moral está sempre atravessado pelo amor ao semelhante. As renúncias pulsionais se estabelecem no momento em que sua satisfação ameaça o amor do Eu – por si mesmo, como autoestima, ou pelo objeto – e só se conservam na solidão do gozo desabitado da relação com o outro, nos próprios limites do prazer compartilhado⁸.

Redefinamos, então, a perversão, como processo no qual o gozo está implicado a partir da dessubjetivização do outro. Não se trata da transgressão da zona, nem do modo de exercício da genitalidade, mas da impossibilidade de articular, na cena sexual, o encontro com outro humano. A perversão, na sua fixidez, na imutabilidade do gozo proposto, é, no limite mesmo, o autoerotismo exercido sobre o corpo do outro, despojando esse outro da possibilidade de se posicionar como sujeito que fixa os limites da ação, não só sexual, mas também intersubjetiva.

Os elementos até aqui expostos permitem entender muito mais claramente porque eu me recuso a considerar a homossexualidade do lado da perversão. O que define a perversão não é o posicionamento do sujeito perante a sexualidade genital, nem perante a castração – como já foi dito exaustivamente nos últimos anos em uma equivalência fácil entre diferença anatômica e reconhecimento da alteridade – mas sua impossibilidade de estabelecer, na relação genital com o outro, um reconhecimento da intersubjetividade que dá acesso ao prazer compartilhado e que ligue o sadismo, com o qual a pulsão parcial inevitavelmente exercita sua descarga, a partir desse reconhecimento do outro.

É neste sentido que a perversão em que a criança pode ser imersa por parte do adulto acarreta um arrasamento da subjetividade, já que a genitalização precoce a qual é submetida não é um traço que se soma ao polimorfismo perverso, mas um encaminhamento de toda a vida libidinal na direção fixada pelo gozo do adulto – ou do parceiro mais ou menos mais velho.

Alguns fragmentos do relato de um jovem travesti colhido na *Ciudad Nezahualcoyotl*, zona marginal do México, podem servir para ampliar nossa

8 Isto marcaria os limites de toda psicoterapia de casal pela simples razão de que o inconsciente começa onde acaba o vínculo com o semelhante. Como explorar o autoerotismo, como dar lugar para que ele apareça no discurso, quando um dos membros do casal se queixa do exercício que o outro faz do autoerotismo, obrigando o terapeuta a degradar sua posição de neutralidade, tendo que instalar a censura para que o amor entre eles se sustente?

reflexão a fim de articular as categorias que estamos propondo. A complexidade do caso não permite uma classificação fácil, muito menos um enquadramento psicopatológico, dado que a entrevista foi realizada no âmbito de uma investigação, realizada por Annick Prieur, sobre pessoas que se reuniam na casa de Mema (feminino de Memo), um homossexual da região que acolhe jovens do bairro, sobretudo jovens homossexuais afeminados. Todo o trabalho realizado por Prieur, que nos permitiu ter acesso ao material⁹, evidencia a dificuldade para articular essas questões relativas à sexualidade, gênero e sexuação, por conta da estreiteza com a qual a bipartição masculino-feminino não possibilita abranger esses modos da sexualidade.

Trata-se de um jovem chamado Martin – Marta na atualidade – que relata como, desde sua primeira infância, sente-se atraído pelas coisas femininas (transtorno, neste caso, de gênero):

Eu brincava de boneca e queria sempre ser a mamãe das bonecas. Tinha já essa tendência, gostava das bonecas, as adorava. No Natal, recebia de presente um carrinho ou um caminhão. Então, durante um instante, brincava com meus carrinhos, mas o que me interessava eram as bonecas da minha irmã (fala espontânea de Martin).

Este transtorno de gênero, anterior à percepção da diferença anatômica, se engancha depois com a curiosidade pelos genitais:

Eu gostava de ver os homens fazerem xixi (...) o que mais me fascinava era ver os adultos no banheiro, ver seu aparelho. Eu já tinha esta (...) isso (...) o que me levaria para a homossexualidade. E não me lamento disso, mas o que ocorreu é que, antes de que eu quisesse fazê-lo, me forçaram a fazê-lo. Um vizinho me obrigou a fazer amor com ele (...) eu tinha seis anos.

Perante a pergunta, realizada pela entrevistadora, sobre se ele acreditava que o vizinho tinha notado aspectos afeminados nele antes de ter relações sexuais, ele responde:

9 PRIEUR, A. Little boys in mother's wardrobe. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, sob a direção de Pierre Bourdieu, n.125. Homosexuales, Paris, 1998.

Sem dúvida. Mas, será que eu sei? Imagino que ele havia notado que eu tinha tendências homossexuais (...) talvez ele notou ou, talvez, ele era realmente um perverso, um desses que gosta de ter relações sexuais com crianças, e que fazem deles homossexuais, mesmo se não têm tais tendências (...).

O transtorno de identidade – cuja causa desconhecemos porque a entrevista não foi realizada sob um modo psicanalítico, mas sociológico e, em particular, construtivista – aparece precocemente. Trata-se de um desejo pelos objetos femininos, um desejo de ser mulher, antes de que isso represente algo desde o ponto de vista da sexualidade genital. Depois, sobre isto, se impõem o abuso, e o abuso inscreve um modo de gozo que a criança não escolheu; não porque não pudesse escolhê-lo *a posteriori*, mas porque é “antecipado” pelo adulto e é neste movimento onde se forja algo da ordem da articulação transtorno de gênero-escolha de objeto sexual.

Assinalemos, então, dois tempos: um relativo à alteração da identidade de gênero, entendida como as atribuições realizadas pela cultura em relação àquilo que corresponde assumir como conduta social em concordância com o sexo biológico. Essas atribuições são da ordem social e política e correspondem ao que temos denominado, em outros momentos, da ordem da “produção de subjetividade” – modos histórico-políticos de produção de sujeitos sociais.

O segundo tempo, caracterizado pelo lançamento prematuro à sexualidade genital, pela intromissão, por parte do adulto, que genitaliza o momento de descoberta e fascínio pela diferença anatômica. Neste segundo tempo, podemos dizer, seguindo Freud, que por regra geral a diferença anatômica – que ele denomina etapa fálica – antecipa, no nível representacional, a fase genital, que terá lugar no momento da puberdade. No caso de Martin-Marta, a genitalidade produz uma ligação precoce entre enigma da diferença e gozo genital antecipado, fixando o modo de evolução de toda sua constituição psicosssexual.

Passemos agora a um terceiro tempo, que se constitui quando, ao chegar ao colégio, seus colegas e professores significam esse modo de escolha genital, estabelecendo uma amarração entre identidade e desejo sexual: “eles me chamavam de veado, inclusive os professores (...) Eu dizia que não, porque tinha terror que falassem para meus pais.”

O quarto tempo se produz quando, expulso da escola por suas inclinações sexuais, descobre outros homossexuais, neste caso travestis.

Eu acreditava que eram mulheres, mas alguém me disse: não, são homens vestidos de mulheres. Eu não podia acreditar, mas falei para mim mesmo: se são homens, então posso ir com eles, ser como eles, quero me parecer a uma mulher. Então eles me apoiaram, me ajudaram.

Neste momento, o travestismo é o modo de poder aceder à relação com um homem a partir da assunção de uma identidade feminina. O desejo de se vestir de mulher não aparece na infância, só aparece o desejo de possuir os objetos que as mulheres possuem – não é difícil, a partir de outros desenvolvimentos que temos já iniciado, suspeitar que se trata de obter algo da ordem do pai a partir de assumir o lugar da menina: é notável que a curiosidade se estabeleça com o pênis, que queira ver como é o pênis de outros homens.

Última etapa: Martin, assumido definitivamente como Marta, decide se desprender da roupa masculina e se tornar mulher através da tentativa de uma cirurgia. Contudo, é aqui onde se coloca o conflito: ele continua se considerando homossexual e não uma mulher:

Sinto muito orgulho. Sou um homossexual, mas sei que me tornei quase uma mulher. Quero dizer fisicamente, tudo, meu rosto, meu corpo. Sou uma mulher, não? Isso não quer dizer que, para ser uma mulher, eu renuncie a ser um homossexual (...) me camufo em mulher porque tenho medo das pessoas. Mas, em mim mesmo, estou orgulhoso de ser homossexual (...) porque ouvi dizer que muitos homossexuais foram gente importante na história, não é verdade? Escritores, pintores (...) Então, sim, posso estar orgulhoso (...).

Seu discurso não é muito diferente do de todas as outras minorias, que apelam às realizações do estamento para revalorizar sua posição: Einstein, Freud, Salk... Todos os judeus compartilham, de uma ou de outra maneira, suas realizações, assim como Martin-Marta quer compartilhar os de Jean Gené, Foucault, Bacon, Oscar Wilde..., que o salvam do desprezo e da marginalização.

Cada um dos elementos presentes neste breve material demonstra que a identidade sexual, os traços atribuídos ao gênero, a eleição sexual de objeto, a curiosidade fálica, o gozo genital não fazem parte de um contínuo e nem se manifestam em uma linha de articulação por somatória, ou que dependam um

do outro. Cada um deles deve ser remetido às suas próprias determinações, cada um aparece como causa eficiente na aquisição do outro, mas sem que isso implique uma ordem de gênese.

Após essas observações, algumas conclusões se impõem.

Se há gênese da sexualidade, esta gênese deve ser construída *a posteriori* – *Nachträglich*, por *après-coup* –, tomando cuidado para não estabelecer um excesso de generalização ao apontar causas e consequências.

A identidade de gênero não é suficiente para recobrir a identidade sexual. A identidade de gênero prioriza os modos histórico-sociais de produção de subjetividade, sendo estes insuficientes para explicar as formas de articulação do desejo que se gera na intersecção entre os sistemas psíquicos. Os estudos de gênero devem, então, encontrar seu lugar preciso, como parte do sistema ideológico-representativo, que tenta uma bipartição representacional em relação aos sexos biológicos. Mas, a Psicanálise não pode de modo algum retroceder perante a afirmação realizada por aqueles que entendem o sexo do lado da Biologia, e o gênero do lado da representação¹⁰.

Entre a Biologia e o gênero, a Psicanálise introduziu a sexualidade em suas duas formas: pulsional e de objeto, que não se reduzem nem à Biologia e nem aos modos dominantes de representação social, mas que são, precisamente, as que fazem entrar em conflito os enunciados atributivos com os quais se pretende uma regulação sempre ineficaz, sempre no limite.

A perversão, como categoria, deve ser re-situada no estatuto que implica a organização de uma psicopatologia submetida à prova metapsicológica. Entre as duas opções de organização propostas ao longo da obra freudiana, o exercício da pulsão parcial (nos textos da primeira época) e a dominância da *Verleugnung* (segundo as diversas traduções como ‘desestimar pela razão’, ‘desmentido’ ou ‘renegação’) na última parte da obra, a partir da primazia da premissa fálica, algo eficaz continua circulando. É verdade que, às vezes, circula de modo absoluto à margem da história e dos modos com os quais se constituem as diversas correntes da vida psíquica, levando ao risco de um moralismo decadente que empurre a Psicanálise para o século XIX ao invés de convocá-la para o século XXI.

10 Em relação a isso, ver Robert Stoller, que em *Presentations of Gender* define a questão nos seguintes termos: “(...) o estado de macho ou fêmea tem uma conotação biológica, a identidade de gênero implica um comportamento psicologicamente motivado (...)”. Yale University Press, New Haven, Londres, 1985.